



Comunicado de Imprensa n.º 17/152 (P)  
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA  
9 de maio de 2017

Fundo Monetário Internacional  
Washington, D.C. 20431 EUA

## **FMI pede medidas de política fortes e sólidas para revigorar o motor do crescimento da África Subariana**

O Fundo Monetário Internacional (FMI) exortou hoje os países da África Subariana a tomarem medidas de política fortes e sólidas para estimular o crescimento na região. Segundo a edição mais recente do relatório sobre as perspectivas económicas regionais, intitulado, *Reiniciar o Motor do Crescimento* [link], o crescimento no conjunto da África Subariana caiu para 1,4% em 2016 – o nível mais baixo em duas décadas – e projeta-se para 2017 uma recuperação modesta, para 2,6%, embora alguns países, sobretudo na África Oriental e Ocidental, continuem a registar crescimento robusto.

“A fragilidade das perspectivas globais reflete, em parte, uma insuficiência no ajustamento das políticas”, disse Abebe Aemro Selassie, Diretor do Departamento de África do FMI. “Os atrasos na aplicação das tão necessárias políticas de ajustamento estão a criar incertezas e adiar os investimentos, e ameaçam gerar dificuldades ainda mais graves no futuro. Nos países ricos em recursos naturais, o ajustamento foi adiado. Em especial, os exportadores de petróleo, como Angola, Nigéria e os países da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC), continuam a confrontar-se com a perda de receitas orçamentais e pressões à balança de pagamentos, quase três anos após a queda dos preços do petróleo.

Estão também a emergir vulnerabilidades em muitos países não intensivos em recursos. Embora tenham continuado a registar altas taxas de crescimento na generalidade, esses países mantiveram também défices orçamentais elevados por vários anos, à medida que seus governos buscavam, acertadamente, colmatar os défices sociais e de infraestruturas. Em consequência, as margens de proteção orçamental e externa estão a declinar, e a dívida pública está em ascensão.”

Numa visão de futuro, Selassie aponta uma recuperação modesta do crescimento, de 1,4% em 2016 para 2,6% em 2017, e salienta que isto produzirá efeitos mínimos para reposicionar a África Subariana numa trajetória de elevação do rendimento per capita. A retoma será impulsionada em grande medida por fatores pontuais nas três maiores economias – uma recuperação da produção de petróleo na Nigéria, o aumento dos gastos públicos em Angola e a diminuição dos efeitos das secas na África do Sul. Para outros países, porém, as perspectivas continuam envoltas em consideráveis incertezas, nomeadamente uma possível nova

valorização do dólar dos EUA, um aperto das condições financeiras internacionais – sobretudo para os países cujos fundamentos económicos deterioraram. Outros fatores a complicar as perspetivas são a incidência de problemas de segurança que contribuíram para um agravamento da insegurança alimentar e até mesmo a fome em partes da África Subsariana.

Face a esses desafios, Selassie destacou que “são urgentemente necessárias medidas decisivas de política para revigorar o crescimento nos países em que ele enfraqueceu e preservar o ímpeto de crescimento nos demais.” Embora a restauração da estabilidade macroeconómica seja um pré-requisito para esses esforços, ela deve ser complementada por reformas estruturais para apoiar o rebalanceamento, e por políticas para reforçar a proteção social aos mais vulneráveis. Nos países mais duramente atingidos, ele referiu que é necessária uma forte consolidação orçamental, com ênfase na mobilização de receitas. Além disso, sempre que possível, a maior flexibilidade cambial e a eliminação de restrições cambiais serão importantes para absorver parte do choque. Nos países em que o crescimento ainda é vigoroso, ele enfatizou a necessidade de abordar as vulnerabilidades emergentes a partir duma posição de força, o que inclui a reorientação da política para uma consolidação orçamental gradativa.

Selassie reiterou que a África Subsariana é ainda uma região com um potencial extraordinário de crescimento a médio prazo – desde que sejam aplicadas medidas vigorosas de política no plano interno.